

#### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Apresentação** - Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM) do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho** - No exercício a DTVM apresentou um lucro de R\$ 35.202 mil, correspondente a R\$ 704,04 por ação, sendo que no exercício anterior apresentou lucro de R\$ 42.067 mil. Em 31 de dezembro de 2013 o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 2.962,52 com aumento de 31,17% em relação ao exercício anterior.

São Paulo, 11 de março de 2014 **A Diretoria**

#### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)

Ativo	2013	2012
<b>Circulante</b>	816.744	967.243
Disponibilidades	363	146
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)</b>	806.282	875.446
Aplicações no mercado aberto	749.092	421.784
Aplicações em depósitos interfinanceiros	57.190	453.662
<b>Títulos e valores mobiliários (Nota 6)</b>	6.468	89.319
Carteira própria	6.468	89.319
<b>Outros créditos (Nota 7)</b>	3.457	2.332
Rendas a receber	2.920	2.040
Diversos	537	292
<b>Outros valores e bens</b>	174	-
Despesas antecipadas	174	-
<b>Realizável a longo prazo</b>	58.902	46.098
<b>Outros créditos (Nota 7)</b>	58.902	46.098
Diversos	58.902	46.098
<b>Permanente</b>	43	2
<b>Investimentos</b>	1	1
Outros investimentos	1	1
<b>Imobilizado de uso</b>	42	1
Outras imobilizações de uso	48	1
(Depreciações acumuladas)	(6)	-
<b>Total do Ativo</b>	<b>875.689</b>	<b>1.013.343</b>

Passivo e Patrimônio Líquido	2013	2012
<b>Circulante</b>	708.177	856.152
<b>Outras obrigações (Notas 7, 8 e 9)</b>	708.177	856.152
Fiscais e previdenciárias	61.756	31.429
Negociação e intermediação de valores	638.607	820.219
Diversas	7.814	4.504
<b>Exigível a longo prazo</b>	<b>19.386</b>	<b>44.267</b>
<b>Outras obrigações (Notas 7 e 9)</b>	<b>19.386</b>	<b>44.267</b>
Fiscais e previdenciárias	18.609	44.045
Diversas	777	222
<b>Patrimônio líquido (Nota 11)</b>	<b>148.126</b>	<b>112.924</b>
Capital social	104.104	65.104
De domiciliados no País	104.104	65.104
Reservas de capital	2.584	2.584
Reservas de lucros	41.438	45.236
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>875.689</b>	<b>1.013.343</b>

#### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital social		Reservas de capital		Reservas de lucros		Total
	Capital	Aumento de capital	Subvenção para investimento	Outras reservas	Legal	Estatutária	
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	32.019	-	2.584	-	3.169	33.085	70.857
Aumento de capital (Nota 11)	33.085	-	-	-	-	(33.085)	-
Reconhecimento do plano baseado em ações (Nota 12 (b))	-	-	-	106	-	-	106
Repagamento do plano baseado em ações (Nota 12 (b))	-	-	-	(106)	-	-	(106)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	42.067
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	-	-	-	-	2.103	-	(2.103)
Reserva estatutária (Nota 11)	-	-	-	-	-	39.964	(39.964)
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	65.104	-	2.584	-	5.272	39.964	112.924
Aumento de capital (Nota 11)	39.000	-	-	-	-	(39.000)	-
Reconhecimento do plano baseado em ações (Nota 12 (b))	-	-	-	431	-	-	431
Repagamento do plano baseado em ações (Nota 12 (b))	-	-	-	(431)	-	-	(431)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	35.202
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	-	-	-	-	1.760	-	(1.760)
Reserva estatutária (Nota 11)	-	-	-	-	-	33.442	(33.442)
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	104.104	-	2.584	-	7.032	34.406	148.126
<b>Em 30 de junho de 2013</b>	65.104	39.000	2.584	-	6.180	964	131.093
Aumento de capital (Nota 11)	39.000	(39.000)	-	-	-	-	-
Reconhecimento do plano baseado em ações (Nota 12 (b))	-	-	-	221	-	-	221
Repagamento do plano baseado em ações (Nota 12 (b))	-	-	-	(221)	-	-	(221)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	17.033
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	-	-	-	-	852	-	(852)
Reserva estatutária (Nota 11)	-	-	-	-	-	33.442	(33.442)
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	104.104	-	2.584	-	7.032	34.406	148.126

#### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional** - A J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários é uma controlada do Banco J.P. Morgan S.A. e suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atua integradamente no mercado financeiro, nacional e internacional. Conseqüentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade e eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. Em 15 de abril de 2011, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) concedeu licença para a Distribuidora iniciar as atividades de sub-custodiante no País. Em 24 de junho de 2011, o primeiro volume de posições de custódia foi registrado na entidade. As demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários foram aprovadas pela Administração em 11 de março de 2014.

**2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis** - As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. **3. Principais práticas contábeis - (a) Apuração do resultado** - É apurado pelo regime de competência. **(b) Títulos e valores mobiliários** - Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no balanço patrimonial conforme a Circular nº 3.068 do BACEN, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração na categoria "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo classificados no curto prazo e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos públicos federais são utilizados os preços médios de negociação ou o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. **(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo** - Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. **(d) Passivos circulante e exigível a longo prazo** - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. **(e) Permanente** - Representado por imobilização de uso e demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil-econômica dos bens, 10%. **(f) Passivos contingentes e obrigações legais** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta-Circular nº 3.429 do BACEN. **(i) Passivos contingentes** - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária e trabalhista. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Não há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. **(ii) Obrigações legais** - os processos tributários que estão caracterizados como obrigação legal, são integralmente provisionados. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos. **(g) Imposto de renda e contribuição social** - A provisão do Imposto de Renda (IR) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 15% a partir de maio de 2008, conforme Art. 17 da Lei nº 11.727/08. Os créditos tributários e o passivo fiscal diferido referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IR e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2013, foram aplicadas as alíquotas de 25% e 15% sobre os ajustes temporários para obtenção do saldo de crédito tributário e passivo fiscal diferido de IR e CSLL, respectivamente. Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627, que alterou a legislação tributária relativamente ao IRPJ, a CSLL, ao PIS e a COFINS, dispondo sobre: • A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando a tributação dos ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos na legislação societária em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais de contabilidade; e • O parcelamento especial do PIS e da COFINS, com prazo para adesão em 29/11/2013. A instituição aguardará a conversão em Lei da referida MP para uma análise mais profunda sobre a matéria. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes para a instituição. **(h) Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa, demonstrados no fluxo de caixa, incluem dinheiro em caixa e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento não superior a 90 dias. **(i) Unidade de ações restritas** - Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). A instituição registra as despesas do exercício com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme CPC 10 - Pagamento baseado em ações, aprovado pelo BACEN em 30 de junho de 2011, produzindo efeitos a partir de 1º

de janeiro de 2012. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, a instituição registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse Passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado. **4. Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades no montante de R\$ 363 (2012 - R\$ 146) e aplicações interfinanceiras de liquidez no mercado aberto no montante de R\$ 749.092 (2012 - R\$ 421.784) (Nota 5). **5. Aplicações interfinanceiras de liquidez** - As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se às aplicações com empresas do grupo no valor de R\$ 806.282 (2012 - R\$ 875.446) sendo R\$ 57.190 (2012 - R\$ 453.662) referente a aplicações em depósitos interfinanceiros com vencimento em janeiro de 2014 (2012 - setembro de 2012) e R\$ 749.092 (2012 - R\$ 421.784) referente a aplicações em operações compromissadas - posição bancada.

**6. Títulos e valores mobiliários**

**(a) Classificação e composição da carteira**

	Valor de custo	Ganhos não realizados	Valor de mercado 2013	2012
<b>Títulos para negociação</b>				
Carteira própria	6.469	(1)	6.468	89.319
LFT	6.469	(1)	6.468	89.319
<b>Total da carteira de TVM</b>	<b>6.469</b>	<b>(1)</b>	<b>6.468</b>	<b>89.319</b>

**(b) Composição por prazos de vencimentos**

	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	Total
Carteira própria	-	6.468	6.468
<b>Total 2013</b>	-	<b>6.468</b>	<b>6.468</b>
<b>Total 2012</b>	<b>89.319</b>	-	<b>89.319</b>

**7. Outros créditos e outras obrigações** - "Outros créditos - diversos" estão representados, principalmente, por devedores por depósitos em garantia no montante de R\$ 51.681 (2012 - R\$ 40.450) (Nota 9 (a)) e créditos tributários de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 7.662 (2012 - R\$ 5.920) (Nota 10). "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias", referem-se, principalmente a provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro no montante de R\$ 29.673 (2012 - R\$ 31.119) e provisões para obrigações legais relativas a questionamentos judiciais no montante de R\$ 49.842 (2012 - R\$ 44.045) (Nota 9 (b)). As parcelas depositadas judicialmente, quando aplicáveis, estão classificadas em "Outros créditos - diversos". "Outras obrigações - diversas" estão representadas, principalmente, por provisão para pagamentos a efetuar no valor de R\$ 5.895. **8. Negociação e intermediação de valores** - "Negociação e intermediação de valores" referem-se, no passivo, a credores por conta de liquidações pendentes no valor de R\$ 638.607 (2012 - R\$ 820.219), em decorrência do serviço de custódia prestado por esta entidade. **9. Passivos contingentes e obrigações legais** - A instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária e trabalhista, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: • alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, • dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda, e • cobrança de alíquota diferenciada da CSLL em relação às empresas não financeiras. Em decorrência da publicação da Lei nº 12.865/2013, que reabriu o Programa de Anistia da Lei nº 11.941/2009, a instituição revisou seus processos, tanto no âmbito administrativo quanto judicial. Foram selecionados para adesão à reabertura da Anistia aproximadamente 40% dos processos judiciais e administrativos, cujo montante provisionado corresponde a R\$ 30.526, sendo que os mais relevantes referem-se aos casos de PIS e COFINS 9.718 (alargamento da base), PIS Emendas Constitucionais e CSLL Isonomia. Esses processos serão liquidados por ocasião da consolidação dos débitos por parte da Receita Federal do Brasil. Os correspondentes reflexos contábeis serão reconhecidos quando puderem ser estimados com precisão. As provisões para contingências constituídas e obrigações legais, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

**(a) Composição dos saldos patrimoniais**

	Depósitos judiciais		Provisões	
	2013	2012	2013	2012
Fiscais e previdenciárias	51.681	40.450	49.842	44.045
<b>Total</b>	<b>51.681</b>	<b>40.450</b>	<b>49.842</b>	<b>44.045</b>

**(b) Movimentação dos saldos patrimoniais**

	Fiscais e previdenciárias		Total em 2012
	Obrigações legais - 2013	Obrigações legais - 2012	
<b>Saldo inicial</b>	44.045	28.194	
Despesas financeiras - juros	2.083	1.563	
Constituições	3.714	14.288	
<b>Saldo final</b>	<b>49.842</b>	<b>44.045</b>	

**10. Imposto de renda, contribuição social e crédito tributário** - A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2013	2012
Contingências fiscais	6.499	5.045
Provisão de honorários advocatícios	578	538
Provisão para participações nos lucros	375	238
Unidades de ações restritas - RSU (Nota 3 (i))	179	89
Outras	31	10
<b>Total de créditos tributários - ativo</b>	<b>7.662</b>	<b>5.920</b>

No exercício foi constituído crédito tributário de R\$ 1.748 (2012 - R\$ 2.162), tendo sido realizado R\$ 7 (2012 - R\$ 7) sobre diferenças temporárias. A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 7.662 é estimada em 98% ao ano no 1º ano e 1% nos 2º e 3º anos. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta

#### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Segundo semestre 2013	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2013	2012
<b>Receitas de intermediação financeira</b>	<b>44.028</b>	<b>86.758</b>	<b>98.114</b>
Resultado com operações de títulos e valores mobiliários	44.028	86.758	98.114
<b>Resultado bruto de intermediação financeira</b>	<b>44.028</b>	<b>86.758</b>	<b>98.114</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(9.468)</b>	<b>(16.648)</b>	<b>(14.463)</b>
Receitas de prestação de serviços			
(Nota 14 (a))	15.372	30.172	23.784
Despesas pessoais	(5.963)	(10.316)	(6.109)
Despesas administrativas (Nota 14 (b))	(3.822)	(7.460)	(2.822)
Despesas tributárias	(2.901)	(5.706)	(5.852)
Outras receitas operacionais (Nota 14 (c))	2.244	3.165	1.670
Outras despesas operacionais (Nota 14 (d))	(14.398)	(26.503)	(25.133)
<b>Resultado operacional</b>	<b>34.560</b>	<b>70.110</b>	<b>83.651</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>34.560</b>	<b>70.110</b>	<b>83.651</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social (Nota 10)</b>	<b>(17.527)</b>	<b>(34.908)</b>	<b>(41.584)</b>
Provisão para imposto de renda	(11.530)	(22.897)	(26.566)
Provisão para contribuição social	(6.926)	(13.753)	(17.173)
Ativo fiscal diferido	929	1.742	2.155
<b>Lucro líquido do semestre/exercício</b>	<b>17.033</b>	<b>35.202</b>	<b>42.067</b>
<b>Quantidade de ações</b>	<b>50.000</b>	<b>50.000</b>	<b>50.000</b>
<b>Lucro líquido por ação no final do semestre/exercício - R\$</b>	<b>340,66</b>	<b>704,04</b>	<b>841,35</b>

#### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Segundo semestre 2013	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2013	2012
<b>Atividades operacionais</b>			
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>17.037</b>	<b>35.208</b>	<b>42.067</b>
Lucro líquido do semestre	17.033	35.202	42.067
Ajuste ao lucro líquido:			
Depreciações	4	6	-
<b>Variação de ativos e obrigações</b>	<b>(352.083)</b>	<b>292.364</b>	<b>132.538</b>
(Aumento)/Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(2.437)	396.472	93.951
Redução/(Aumento) em T.V.M.	24.127	82.851	(89.319)
Aumento em outros créditos	(4.313)	(13.929)	(17.310)
Aumento em outros valores e bens	(115)	(174)	-
(Redução)/Aumento em outras obrigações	(365.404)	(134.759)	165.075
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.941)	(38.097)	(19.859)
<b>Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades operacionais</b>	<b>(335.046)</b>	<b>327.572</b>	<b>174.605</b>
<b>Atividades de investimento</b>			
Aquisição de outros imobilizados de uso	(11)	(47)	-
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>	<b>(11)</b>	<b>(47)</b>	<b>-</b>
<b>Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(335.057)</b>	<b>327.525</b>	<b>174.605</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.084.512	421.930	247.325
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	749.455	749.455	421.930
<b>Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(335.057)</b>	<b>327.525</b>	<b>174.605</b>

a R\$ 6.907 (2012 - R\$ 3.195). A Distribuidora tem reconhecido créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre todas as origens existentes em 31 de dezembro de 2013 e 2012. O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue:

||
||
||